



Outorga do Título de Professor Emérito a

João Baptista Borges Pereira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Adolpho José Melfi
VICE-REITOR: Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Sedi Hirano
VICE-DIRETORA: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

<i>Título</i>	Outorga do Título de Professor Emérito a João Baptista Borges Pereira
<i>Editoração/Criação</i>	Serviço de Divulgação e Informação
<i>Coordenação</i>	Eliana Bento da Silva Amatzuzi Barros - MTB 35814
<i>Diagramação</i>	Fernanda Silva Fernandes de Abreu Wiviane Ribeiro do Carmo
<i>Revisão</i>	Lúcia Helena Ferreira
<i>Formato</i>	15 x 21 cm
<i>Impressão</i>	Gráfica FFLCH/USP
<i>Tiragem</i>	200 exemplares

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO
DE PROFESSOR EMÉRITO**

Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

SAUDAÇÃO PROFERIDA POR

Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C415 Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2002.

28 p.

Apresentação por Jacques Marcovitch; discursos por Renato da Silva Queiroz, João Baptista Borges Pereira, Francis Henrik Aubert.

ISBN 85-7506-093-7

1. Ensino superior 2. Universidade (Questões Gerais) 3. Negros (Brasil) I. Pereira, João Baptista Borges II. Marcovitch, Jacques III. Queiroz, Renato da Silva IV. Aubert, Francis Henrik V. Título: A escola e a população negra no Brasil VI. Série

CDD 378

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

Sylvia Caiuby Novaes

DISCURSO DE SAUDAÇÃO9

Renato da Silva Queiroz

DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO
TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO13

A ESCOLA E A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL17

João Baptista Borges Pereira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francis Henrik Aubert.....23

Jacques Marcovitch.....27

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro título de Professor Emérito que a Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo concede a um docente do Departamento de Antropologia. E é para nós uma honra que este título seja concedido ao Professor Doutor João Baptista Borges Pereira.

Educador desde o início de sua carreira, o Professor João Baptista foi um árduo defensor da escola pública, de uma escola que, em suas palavras, deve ser, por paradoxal que pareça, educada a ser a escola de todos; uma escola que não mais se fracione em uma instituição para os membros da elite e outra a que são destinados os pobres, os negros os excluídos.

Além de educador, João Baptista é um antropólogo que sempre se dedicou à pesquisa de segmentos sociais discriminados pela estrutura social: as populações negras e os imigrantes estrangeiros. Como bem o aponta a fala de saudação do Professor Renato Queiroz, o universo assimétrico das relações étnicas e raciais tiveram, nas obras do Professor João Baptista, um tratamento que demonstra a necessidade do respeito à diversidade e a importância da tolerância no âmbito das relações sociais entre membros de diferentes subgrupos de nossa sociedade.

Conhecido por seus estudos sobre os imigrantes e o negro no Brasil, o Professor João Baptista Borges Pereira é hoje Presidente da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra. Sua atuação nesta comissão e em todos os outros inúmeros cargos que ocupou em sua carreira na Universidade de São Paulo foi marcada por um perfil de um educador sensível, humano, arguto e defensor dos princípios que devem pautar a vida acadêmica.

Neste nosso mundo rasgado pelo ódio entre pessoas que pertencem a diferentes grupos étnicos, raciais e religiosos, neste nosso país em que as elites não se sentem responsáveis pela enorme desigualdade econômica que impregna o cenário trágico da população brasileira, a obra de João Baptista Borges Pereira é certamente um marco que aponta para as contribuições que a antropologia pode oferecer.

Sylvia Caiuby Novaes

Chefe do Departamento de Antropologia

DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz
Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Professor Titular do Departamento de Antropologia

A Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas concede hoje o título de Professor Emérito ao professor João Baptista Borges Pereira. Segundo os dicionários, “emérito” aplica-se aos que são muito versados em uma ciência ou arte; designa também aquele que desfruta das honras de um cargo, mesmo quando não o exerce. De acordo com esta acepção, ademais de uma justa homenagem, promove-se aqui um rito de reagregação do professor João Baptista à Faculdade de Filosofia e à Universidade de São Paulo.

Assim procedendo, reafirmamos o valor do nosso homenageado e traçamos a nossa linhagem, para que não ocorram rupturas entre as gerações e, sobretudo, para reavivar os nossos princípios mais caros: a defesa intransigente da escola pública, a liberdade de cátedra, de associação e manifestação e a partilha do saber com os segmentos sociais carecidos de acolhimento. Tais lições nos foram dadas pelos mais velhos, donde o respeito devido aos aposentados, impropriamente, aliás, chamados de “inativos”.

Reverenciamos, em nossa escola, personalidades lendárias, mitos de origem e territórios sagrados. É assim, que construímos nossa identidade e preservamos nossa memória. Acreditamos, pois, que neste exato instante revivem nas evocações do homenageado figuras expressivas como as de Oracy Nogueira, Azis Simão, Ruy Coelho, Egon Schaden, Florestan Fernandes e tantas outras.

A rigor, o professor João Baptista não se apartou da Universidade. A sua recente aposentadoria, liberando-o dos compromissos administrativos, concedeu-lhe energia e tempo para renovadas pesquisas, orientação de estudantes pós-graduandos e prestação de serviços à comunidade. Vale lembrar, a propósito, o seu destacado papel na Comissão

Permanente de Políticas Públicas para a População Negra, instituída graças à feliz iniciativa do Professor Jacques Marcovitch.

O Professor João Baptista é versado em um instigante ramo das ciências humanas, a antropologia, que se ocupa da diversidade, das minorias e da percepção compreensiva do outro. Ao longo de sua trajetória acadêmica, ao mesmo tempo em que levava a cabo investigações de grande valia para a disciplina de sua especialidade, contaminava-se do saber que dela obtinha, tornando-se assim cada vez mais versado também na arte da tolerância.

O nosso homenageado empreendeu numerosos estudos sobre temas nacionais de indiscutível relevância: os dilemas da escola pública, o universo assimétrico das relações raciais e o drama dos imigrantes estrangeiros. Tais escolhas temáticas traduzem profunda identificação com seres humanos que se vêem, a um só tempo, englobados em uma formação social hierarquizada e nela submetidos às mais adversas condições de existência. Resultaram das referidas investigações, obras de peso, com destaque para *A Escola Secundária numa Sociedade em Mudança; Cor, Profissão e Mobilidade e Italianos no Mundo Rural Paulista*.

Todavia, suas contribuições de maior relevo são aquelas afeitas ao universo das relações raciais. Além de seus próprios trabalhos, o homenageado soube estimular orientandos, encaminhando vários deles, por exemplo, ao estudo do modo de vida da população negra configurada em agrupamentos rurais, tema, até então, relativamente ignorado. Com isto, reativou-se o debate, ainda hoje polêmico, a respeito do quilombismo, com desdobramentos na pauta de discussões do movimento negro e, por consequência, nas ações reparatórias previstas na Constituição Federal.

Da antropologia, o professor João Baptista colheu numerosos preceitos, todos eles generosamente transmitidos aos seus alunos de graduação e pós-graduação: o ensinamento de que não há temas indignos de investigação científica, o valor dos dados obtidos diretamente em campo, a preeminência heurística do coletivo sobre o individual, da diacronia sobre a sincronia e a cumplicidade ética que se cria entre o pesquisador e os sujeitos-informantes. Nota-se aqui, a presença de Boas, Malinowski, Linton, Mauss e

outros antropólogos de igual quilate. E mais: a dimensão estética dos fenômenos observados jamais escapou ao olhar arguto do orientador e examinador de teses, sempre inclinado, ressalte-se, a valorizar qualidades e subestimar imperfeições dos trabalhos acadêmicos e das pessoas em geral.

Após quatro décadas devotadas à pesquisa, às atividades administrativas e ao ensino, o Professor João Baptista aposentou-se como professor titular do Departamento de Antropologia. Duas vezes diretor da Faculdade de Filosofia, depois de um mandato de vice-diretor, dirigiu também o Museu de Arqueologia e Etnologia, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Departamento de Antropologia e o hoje extinto Departamento de Ciências Sociais. Deve-se ainda a ele a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e a edição de uma longa seqüência de volumes da Revista de Antropologia.

Senhor de tantos méritos, é justo que o Professor João Baptista Borges Pereira, concluído este ritual de passagem, retome o convívio acadêmico investido de todas as honras que o invejável título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo lhe confere.

DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO

João Baptista Borges Pereira

Pensei muito, nesses dias, a respeito do que eu deveria falar nesse momento. Sabia que, pelo menos, deveria começar por agradecer as palavras que o Renato estava guardando zelosamente consigo mesmo, para que eu só soubesse o que ele iria dizer, aqui, agora. Ele não me surpreendeu. É meu amigo, trabalhou comigo durante anos e é uma pessoa muito próxima de mim. Certamente o seu olhar seja o mesmo que eu tenho para com os meus ex-professores. Olhar que não consegue oferecer uma visão muito crítica dos mestres, porque é uma visão comprometida com a admiração que por eles cultivamos pelo resto da vida. É assim que eu interpreto a mensagem do Prof. Renato, mas é evidente que em suas palavras há demonstrações inequívocas de amizade e coleguismo, que eu agradeço muito.

Pensei, também, que esta seria uma excelente oportunidade para lembrar os meus colegas, meus antigos professores, meus amigos, ou então, a maneira como eu deixei a minha terra - uma cidade que tem nome e sobrenome - e cheguei à Universidade de São Paulo, como aluno, no final da década de 50. Resolvi que este não seria o caminho que eu iria seguir. Também não desejava contar os meus dias de estudante, o vai-e-vem da carreira acadêmica, os momentos bons e os momentos maus, fazer uma retrospectiva de vida profissional, que alterna instantes acres com eventos alegres. Procurei, por outro lado, evitar em minha fala sugestões a respeito de como se pode ou se deve aprimorar nossa instituição. Professor há quarenta anos, devo ter alguma experiência e, a partir dessa experiência, poderia ficar tentado a falar que a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas deveriam seguir tais e quais caminhos, numa comparação entre o que ocorre hoje e o que ocorreu nos meus “tempos”, caindo assim, na idealização de um passado, que não foi tão idílico como se possa imaginar ou

se pretende fazer crer. Resolvi, então, mesmo correndo o risco da quebra do protocolo, seguir o seguinte roteiro: em primeiro lugar oferecer esta homenagem aos meus colegas do Departamento de Antropologia que me ajudaram, cada qual a seu tempo e dentro de seu estilo e talento, a construir um departamento que, na verdade, continuava a consolidação da Antropologia dentro da Universidade de São Paulo; os meus colegas que aqui estão neste momento, entre os quais a Profa. Sylvia Caiuby Novaes – chefe do Departamento de Antropologia – merecem que eu compartilhe com eles essa homenagem que deles e da colenda Congregação recebi.

Queria também compartilhar esta homenagem com a minha família aqui representada pela minha esposa, Maria Teresa, minhas filhas Flávia e Valéria e pelos seis netos que aqui estão: Marina, Helena, João Baptista, Lívia, Victor e Rachel. Finalmente desejaria que esta homenagem fosse transferida aos mestres responsáveis pela minha formação. Alguns, infelizmente, já partiram desta vida, mas seus nomes sempre merecerão estar entre nós como, por exemplo, Azis Simão, Ruy Coelho, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, meu orientador e grande amigo. Na pessoa de três queridos professores aqui presentes: Prof. Oliveira França, Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Prof. Antonio Candido, presto minha homenagem a todos os demais professores. Prof. Oliveira França, que foi meu diretor quando fiz concurso para Professor Titular, Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz, minha professora de 1º ano de Sociologia, Prof. Antonio Candido, com quem tive minhas primeiras aulas de antropologia ligada à organização social e que deixou em mim uma espécie de “marca” por ocasião do vestibular. Quando prestei vestibular, era portador do diploma de professor primário e no governo Dutra criou-se a possibilidade para o portador desse diploma de ingressar no ensino superior. Eu vinha do curso normal com os meus sonhos de jovem à busca da sociologia. Ao chegar à Maria Antonia, fui informado que eu não poderia entrar em Ciências Sociais, mas apenas em Pedagogia. Meu raciocínio foi simples e imediato: entre ficar sem curso superior e fazer Pedagogia, eu faria Pedagogia. Não tinha alternativa. Prestei o vestibular e ingressei no curso. Depois, cheguei à conclusão de que não havia nascido para fazer Pedagogia. Nada contra a disciplina, eu a admiro, mas, na verdade, minha vocação era a sociologia. Pela

sociologia havia traído a história e a traição tinha que ser justificada: eu não poderia trair a história pela pedagogia. Então, voltei para a minha terra. No ano seguinte recebi telegrama do Jorge Nagle, meu contemporâneo do ginásio e do curso normal, avisando-me que eu deveria voltar à USP porque, talvez, houvesse, desta vez, uma oportunidade. Voltei e tive a minha inscrição para o curso de Ciências Sociais negada, sob a mesma alegação do ano anterior. Fiz o vestibular, condicionalmente, e acabei tendo meu direito confirmado pelo então Ministro Simões Filho. Ao eliminar esse obstáculo legal, veio o obstáculo intelectual: a seleção. A banca era designada com antecedência e eu fui à Maria Antonia saber os nomes dos meus examinadores. Eu não havia feito cursinho pré-vestibular, vinha do interior de São Paulo que, em termos de espaço e de fluxo de informação era, naquela época, uma coisa distante da Capital. Dos professores eu apenas conhecia os livros. Peguei a relação e nela constavam como examinadores o Prof. Lourival Gomes Machado e um professor do Departamento de Letras e da Faculdade de Direito, um latinista. Perguntei ao Nagle, que era o meu cicerone, se o conhecia. Nagle me tranqüilizou: “Não se preocupe, esse é professor de latim”. Quando eu entrei em classe, ao topar com o professor de latim, lhe perguntei: “Posso equacionar esse tema em termos de Sociologia?”, e o professor de latim respondeu: “À vontade, desde que você fique ciente de que a sua prova vai responder aos meus critérios em redação e também em sociologia”. E eu raciocinei: “Bem, ele deve saber muito de latim, muito de redação, de regras gramaticais, mas eu vou arriscar usar a sociologia durkheimiana, pois havia estudado muito esse autor clássico”. Escrevi um trabalho enorme sobre o tema proposto: *O homem nasce, vive e morre nos braços da sociedade*. Depois que terminei a prova, reencontrei no saguão o Nagle, que logo demonstrou interesse em conhecer o professor de latim. Ele olhou para a sala e foi dizendo: “João, você está desgraçado! Aquele é o Prof. Antonio Candido”. Levei um susto. Havia feito uma prova de Sociologia para um sociólogo que para mim era livro, era um mito. Assustado, mas aprovado na prova escrita, entrei para a prova oral, onde enfrentei cara a cara o mito. O tema: Alexandre Herculano. Ele fazia muitas perguntas e eu, constrangido, lhe dava poucas respostas. Saí dessa prova relativamente despreocupado porque, afinal de contas, em minha avaliação interiorana, o Prof. Antonio Candido, cujo perfil conhecia das aulas de minha ex-Prof. Adalgisa

Araújo de Castro Rangel, era o de um sociólogo. De qualquer maneira eu me agarrava a essa idéia. Quando saí da sala, novamente me reencontrei com o Nagle que foi logo me perguntando como é que eu havia me saído na prova e quem havia me examinado. Respondi que havia me saído “razoavelmente bem” e que tinha sido examinado pelo Prof. Antonio Candido. E comentei que havia corrido grande risco na prova escrita, mas me recompusera na oral, pois fora examinado em literatura por um sociólogo. Nagle apenas comentou: “Mas, João, ele é livre-docente de literatura”. Outra surpresa, outro susto. Mas, de qualquer maneira, fui aprovado para fazer Ciências Sociais e graças a isso eu aqui estou. Fui aluno do Prof. Antonio Candido, assisti ao mito tornar-se humano ao longo de suas aulas magníficas e finalmente aqui estou eu. Queria dizer, portanto, antes de começar a parte mais substantiva de minha fala, que eu homenageio todos os meus professores na figura do Prof. Antonio Candido e na pessoa da minha querida Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Que todos os colegas professores sintam-se, também, homenageados.

Fiz referência em parte substantiva da minha fala. Eu queria dedicar essa homenagem a uma luta em que estou envolvido durante todos os anos da minha vida: é a luta no plano acadêmico pela questão do negro na sociedade brasileira. Faço isso, pensando na população negra, pensando no compromisso moral e ético que tenho com essa população, pensando em como é difícil termos um auditório tão seletivo para falar a respeito desse tema. Ao mesmo tempo, tenho em mente duas figuras excepcionais que passaram por essa Universidade, o Prof. Eduardo de Oliveira e Oliveira e a Profa. Marlene de Oliveira, ambos negros, ambos precocemente falecidos. Eduardo e Marlene talvez tenham sido os primeiros negros a ingressar na pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade de São Paulo. Na minha opinião, Eduardo e Marlene foram vitimados pelo preconceito da sociedade brasileira. A eles dedico o texto a seguir.

A ESCOLA E A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

As relações entre a escola e a população negra brasileira estão permeadas de um enorme desconhecimento na medida em que toda a sociedade, em seus múltiplos segmentos, revela a todo o instante não estar familiarizada com a questão racial do país. Tudo se passa como se um enorme clichê, a um só tempo, escondesse o que há de injusto na crua realidade social e a substituísse por um doce manto de relações de harmonia, salpicado, aqui e acolá, de algum incidente sem maiores conseqüências. São em tais momentos, que a sociedade deixa de naturalizar, como se natural fosse a iniquidade de nossa ordem social, passa a se interrogar sobre o tema e, num ato de constrangimento, admite o racismo à brasileira que, por sua vez, é interpretado de múltiplas formas: ato falho de pessoas bem intencionadas; produto direto do pauperismo econômico de vastas camadas da população, onde o negro é a grande presença; excesso de melindres de negros; estardalhaço da mídia etc. Em geral, nesses momentos, considerados “excepcionais”, a sociedade procura dar respostas a esses “condenáveis desvios”, com medidas legais, formação de grupos de trabalho e outras iniciativas da mesma natureza que serão logo esquecidas, nunca sairão do papel. São fórmulas de apaziguamento da consciência social, tão somente.

Qual o papel da escola nesse contexto social? Seria imperdoável injustiça afirmar que a escola, a exemplo dos demais órgãos e instituições sociais, só reagisse em prol da população negra nesses momentos de constrangimento nacional. Tal afirmativa significa ignorar todo um trabalho de educadores que lutaram e lutam por uma escola mais sensível à questão do negro no Brasil. Contudo, ao se focalizar esse tema, pelo menos quatro pontos se impõem:

- 1) Embora deva ser uma instituição crítica, de vanguarda e desencadeadora de ações que desafiem a rotina da ordem social, a escola brasileira não se distancia muito da sociedade no tocante ao desconhecimento e no trato da questão racial. Talvez se deva, mesmo, admitir que a escola brasileira precise ser educada para se transformar

numa instituição que tenha condições de atender às características e às exigências de uma sociedade pluri-étnica. Esse trabalho de educar a própria escola, desde o primário até a universidade, deve começar pela preparação dos agentes sociais que nela atuam (docentes e funcionários), passar pela revisão de seu conteúdo programático e procedimentos pedagógicos, até alcançar os próprios alunos para que a interação entre eles seja marcada pelo reconhecimento e o respeito à diversidade dos colegas. Em síntese, a escola deve ser não somente uma comunidade envolvida na criação e disseminação do saber, mas também uma instituição que eduque para se viver na plenitude da cidadania. Isto significa que cabe à escola combater, a seu modo, todas as formas de preconceito, discriminação, segregação e racismo incompatíveis com essa ordem social igualitária e com o respeito que se deve ter ao ser humano.

2) A escola precisa conhecer melhor a expectativa que nasce da imagem ou representação que os alunos têm da educação. É comum, entre alguns estudiosos brasileiros, a idéia de que a escola sempre foi vista como trampolim para a ascensão de vastas camadas da população brasileira. Tudo indica que esta idéia permanece forte no seio de segmentos populacionais que continuam vendo na educação o caminho da redenção de seus problemas sócio-econômicos. Talvez esse componente da idealização da escola tenha ficado mais definido quando, a partir da década de 50, operou-se progressiva separação entre a posse do conhecimento e o poderio econômico. As pessoas com alto grau de escolaridade (mostram os fatos) estavam em pontos altos de hierarquia social. Desse fato comprovado e comprovável, gerava-se a interpretação relativamente enganosa de que ter alta escolaridade garantiria galgar os degraus de uma sociedade de classe. A interpretação mais correta seria a de que ter altas condições sócio-econômicas é que garantiria a alta escolaridade. Quando esse modelo começou a se desmanchar com a relativa democratização quantitativa do ensino escolarizado, o mito continuou forte, muito forte, a funcionar como mola propulsora em camadas desprivilegiadas, notadamente entre os negros.

Mas os tempos mudaram. Hoje, ainda que essa representação e expectativa se mantenham, é impossível ignorar que para a integração ou inclusão sócio-econômica

numa sociedade que segue o modelo das sociedades capitalistas de todo o mundo, a escolarização é um passo decisivo. Sem ela, grandes camadas da população brasileira permanecerão excluídas à margem do sistema produtivo nacional, sem qualquer perspectiva de se auto-sustentar.

Cada vez mais se reduz a oferta de empregos na faixa mais subalterna da estrutura ocupacional, tradicionalmente ocupada pelas pessoas sem qualificação escolar. Profissões aparentemente menos exigentes (frentistas de postos de gasolina, auxiliares de supermercados, mecânicos etc.), já exigem, pelo menos, o segundo grau. Dentro dessa redefinição da estrutura ocupacional, a exigência de escolaridade por parte de camadas oprimidas, ainda que envolta na representação citada acima, cada vez mais adquire um sentido de realidade que as toca diretamente. Elas têm consciência de que a escola é um elemento fundamental para aspirar dias melhores.

- 3) A escola deve ser igualmente competente para todos os segmentos sociais. É impossível admitir, à luz de um ideário democrático, a existência de dois tipos de escola: a escola pública, dos pobres e negros, que mal prepara seus alunos para a competição, mesmo no nível da competição escolar; e a escola particular, das camadas ricas, onde o negro, excepcionalmente, pode estar, e que dá aos seus alunos condições para competir com êxito tanto na obtenção de vagas para as melhores universidades quanto para conseguir melhores fatias no mercado de trabalho. Não se trata aqui de estigmatizar a escola particular por ela existir e ser boa escola. O que se pretende grifar é que a escola pública, também, deve ter recursos humanos e materiais para oferecer condições similares, servindo como opção válida, de alto nível, para aqueles que, a exemplo dos negros e dos pobres em geral, não tenham condições financeiras de ingressar num colégio particular. Esse sistema dual de escolas pobres e incompetentes e escolas ricas e competentes é em si mesmo um dos mais poderosos mecanismos discriminadores e segregadores da população negra brasileira, ainda que acobertado por clichês de racionalizações.
- 4) E a escola chamada universidade? O que se escreveu nos três itens anteriores é, em larga extensão, válido também para a universidade brasileira, tomada em seu conjunto.

No tocante, porém, ao sistema dual – escola pública e escola privada – os termos se invertem: a universidade pública goza de total preferência de todas as classes sociais por ser gratuita e mais competente (onde o ensino e a pesquisa se desenvolvem associados), por dar ao portador do título mais prestígio e maiores vantagens na competição empregatícia. O resultado dessa preferência é de todos conhecido: a grande demanda, que cresce anualmente, pelos vestibulares das universidades públicas, o que leva a uma acirrada disputa entre os egressos das escolas públicas e privadas, com absoluta desvantagem para os primeiros. Nessa ponta se configura o que os economistas chamam (ou chamavam?) de efeito perverso: os que podem pagar estão nas universidades públicas e os que não podem pagar se refugiam nas instituições onde o ensino é pago e sem o padrão de competência das públicas.

Obviamente, o negro está no segundo caso. Vindo, em geral, das escolas públicas precárias da periferia urbana, sem ter tido oportunidade de se preparar nos caros cursinhos pré-vestibulares, o seu destino escolar dificilmente seria outro. Quando consegue ingressar na universidade pública, ao que tudo indica, está freqüentando cursos chamados baratos: aqueles que não exigem tempo integral dos alunos e que são também ministrados à noite, gerando na estrutura ocupacional os empregos mais mal remunerados. Não há negros, pelo menos entre nós, nos cursos de medicina, odontologia, engenharia e publicidade – os mais procurados e os denominados cursos nobres. Há um padrão, não só de ingresso, mas de distribuição dessa população por toda a estrutura universitária.

O que fazer perante tal quadro? Ao se tentar responder a esta pergunta mergulha-se num cipal de propostas e teses polêmicas. Para alguns, notadamente, o movimento negro em suas múltiplas faces, a solução estaria na concessão de cotas para a população negra que representaria algo em torno de 45% da população brasileira. Com isso, ampliar-se-ia o total de negros universitários que, pelo menos na USP, não chega atualmente a 2% do alunado. Seria, por outro lado, uma medida que viria saldar uma dívida que a sociedade brasileira contraiu ao longo da história com um dos pilares da construção do país. Para outros, a adoção da cota conduziria à quebra do padrão de excelência que a universidade conseguiu construir e preservar no transcorrer dos anos, mesmo no atual

período de notório rebaixamento do padrão educacional brasileiro. Nessa linha de raciocínio, receber alunos mal formados e formá-los mal, atribuindo-lhes diplomas apenas como expressão simbólica, seria um ato de leviandade e de hipocrisia social. Em se tratando do negro, seria um “faz de conta” com o qual se tentaria exorcizar o que há de mau na tradição racista brasileira. Para outros ainda, os reclamos dos negros que sustentam a tese das cotas não passariam de clamores de classe média, pequeno-burguesa, que apenas beneficiaria reduzida parcela dos presuntivos 3% de negros incluídos na classe média do Brasil. Nesse caso, a universidade, ao adotar a política de cotas, apenas ajudaria a adensar essa minguada classe média que não transferiria necessariamente suas conquistas para o restante 97% do povo negro que permanece excluído, no plano da mera sobrevivência. Segundo essa tese, é preciso encontrar-se um mecanismo capaz de atender às aspirações da classe média sem deixar de lado o grosso da população negra. Esse mecanismo só pode funcionar tendo como peça central uma escola pré-universitária, pública e competente, capaz de promover toda uma camada que aspira, com plenos direitos, viver dias melhores. Essa seria, na opinião dos que esposam tal tese, a verdadeira ação democrática da educação brasileira: tornar-se eficiente, colocar-se ao alcance de todos e constituir-se numa escola preparada para funcionar numa sociedade pluri-étnica como é a brasileira.

Só que isto exige tempo e os negros injustiçados de hoje não podem e não querem esperar!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nós estamos homenageando o Prof. Dr. João Baptista nesse momento, estamos fazendo válido. Os motivos de mérito pessoal e acadêmico já foram amplamente expostos por meu colega, o Prof. Renato. Mas essa instituição tem também uma dívida institucional para com o Prof. João Baptista e faz com que eu, em minha função de Diretor, tenha também esta dívida. Se hoje sou o Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, eu o sou, em grande parte, porque o Prof. Dr. João Baptista soube, em um momento extremamente crítico, trabalhar, negociar e administrar com muita prudência e muita sabedoria ao ouvir todas as partes, conseguindo manter unida uma Faculdade que quase acabou cindida, dependendo do projeto, em duas, três ou até quatro unidades. Então esta é uma dívida institucional para com o Prof. João Baptista que ainda não fora mencionada, mas eu acho que deve ser frisada. Ao retomar a sua unidade, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas logra também encontrar um novo caminho. Não é mais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1999, é uma nova Unidade que ainda está em processo de reencontro, de reestruturação e de fortalecimento de algumas missões que sempre foram suas e de busca de novas missões que estão aguardando o seu preenchimento.

Esse, Prof. Dr. João Baptista, é um dos seus grandes méritos. Que, em grande parte, foi prejudicial pessoalmente para o senhor em vários momentos. Recordo-me muito bem, porque fui o seu Vice-Diretor em seu segundo mandato, que durante quase metade de sua gestão as suas ações institucionais ficaram de alguma forma paralisadas. Era difícil levar adiante, por exemplo, o projeto da biblioteca, porque não sabíamos se iria ser uma Biblioteca Central de uma Faculdade unida ou se deveriam ser duas ou três bibliotecas de unidades menores que resultariam de uma divisão desta Faculdade. Assim, eu tenho certeza que em vários momentos, João, você deve ter sentido, principalmente

no segundo mandato, que fez menos do que gostaria ter feito. De fato, talvez, no visível, pode ter sido esta a impressão, mas a sua dedicação permitiu que essa Faculdade se mantivesse unida e se reestruturasse unida. Talvez tenha sido, naquele momento, seu mérito maior e permitiu a todos nós, os seus colegas, podermos levar adiante esta missão que você sempre percebeu como sendo a nossa.

Queria fazer mais dois destaques. Um destaque à aula que o senhor acabou proferindo agora e que nos lembra exatamente de uma das missões que a Universidade de São Paulo, talvez, nem sempre tenha muito clara. Esta Universidade tem uma grande missão cultural e científica, e podemos, sem falso orgulho, dizer que nós a cumprimos bastante a contento. O que o Prof. João Baptista nos lembra é que para além desta missão, ou se quiserem deste impacto científico, estamos nós Universidade de São Paulo e, especificamente, nós Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ainda em débito com a outra missão, o impacto social. Não estou dizendo que a nossa atuação, o nosso trabalho, não tenha tido e não tenha impacto. O que o Prof. Dr. João Baptista nos lembra é que temos algumas urgências, algumas repriorizações que devem ser feitas para que, sem abandonarmos a nossa posição de destaque na ciência e na cultura, o destaque na sociedade, na comunidade – que em última análise nos sustenta, também deve ser colocado em primeiríssimo plano.

Finalmente, professor, eu também lhe devo uma retribuição pessoal. Eu devia, talvez, ter aproveitado melhor a oportunidade de ontem, quando inauguramos o segundo bloco da biblioteca. Mas naquela situação havia tantas outras falas, tantas outras demandas, que vou aproveitar para fazê-la agora. Quando, há alguns anos, nós inauguramos a livraria Humanitas, pela primeira vez, salvo um engano de minha memória, que um banco virou uma livraria, e não o contrário. Porque lá era, se vocês se lembram, o posto do Banespa. O Prof. João Baptista, naquela época Diretor, fez questão de dizer em sua locução que, ainda que ele fosse o Diretor, o pai da criança havia sido eu. E eu devo hoje dizer que, ainda que ao descerrarmos a placa de inauguração do segundo bloco da biblioteca, o que aparece abaixo da justa homenagem ao Prof. Jacques, que nos deu todas as condições para que a construção do bloco se realizasse, é o meu nome, porque atualmente eu sou o

Diretor e o protocolo exige que o nome do Diretor em exercício apareça. Mas, quem procurou a verba, quem negociou com a Reitoria, quem negociou com o Fundusp, com a Fapesp e quem gerou todas as condições para que este segundo bloco, que foi admirado por todos os que lá estiveram ontem, pudesse ser viabilizado foi o Prof. João Baptista. O Prof. João Baptista é, sim, o pai e a mãe do segundo bloco da biblioteca. Eu assim retribuo a gentileza que ele me fez no momento da inauguração da Humanitas. Obrigado, professor.

Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

O Prof. João Baptista trilhou um longo caminho que ele pessoalmente pavimentou. A vinda de Santa Cruz do Rio Pardo até esta casa, símbolo da história da Universidade de São Paulo, ele sabe, e nós todos sabemos, foi um longo caminho. Não só em termos geográficos, cidade que fica quando termina a Castelo Branco, como dizem aqueles que localizam a cidade. Mas, foi um longo caminho do ponto de vista do jovem estudante até ser publicamente reconhecido pela sua Congregação e pela sua Unidade.

Um caminho, que, como o Renato lembra, foi trilhado por outros professores, mas aquele mais próximo deve ser o Prof. Florestan Fernandes. A exemplo dele, o Prof. João Baptista adotou as relações inter-raciais como linha de pesquisa. Como Florestan, ele soube unir o pensamento à ação. Coube ao Renato lembrar tanto a mão segura que o Prof. João Baptista nos deu quando, na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, animou o grupo de políticas públicas que foi criado no marco do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, como a mão segura para a criação da Comissão Permanente que hoje estuda a ausência do negro na Universidade Pública Brasileira.

Os desafios das universidades públicas, especialmente os da Universidade de São Paulo, são sempre lembrados. Nessas duas últimas semanas, na reunião do Conselho Consultivo da USP, constituído por vários representantes da sociedade externa, na qual temos o privilégio de ter ex-docentes dessa casa, como a Profa. Emília Viotti, lembrávamos alguns desafios recuperados em parte nas palavras do Prof. João Baptista: o compromisso com a América Latina, o compromisso com os professores de escolas públicas do ensino básico e secundário e a luta contra a exclusão social. Mais recentemente, ainda no início dessa semana, tivemos a oportunidade de conviver com, em torno, de dez reitores de universidades de outros países e das co-irmãs Unicamp e Unesp, que também perceberam alguns desses desafios. A busca de se manter sempre na fronteira do conhecimento, mas lembrando sempre da importância da formação do jovem que cultivaria, ao longo da sua vida, o pensamento crítico e a cidadania. Daí decorre a importância central dessa Faculdade no seio da Universidade de São Paulo. Ainda hoje de manhã, antes de vir para cá, no primeiro encontro com o Governador do Estado, já que ele assumiu definitivamente essa

função, tive a oportunidade de transmitir-lhe não somente os resultados alcançados pela nossa Universidade, mas a importância de honrarmos aqueles que a fundaram construindo o futuro. Eu dizia hoje de manhã ao Governador que se eu tivesse um aspecto a ser sublinhado, um problema a ser resolvido, gostaria que o Governo desse prioridade no sentido de equacionar de forma definitiva o tema da Previdência. O Renato quando lembra dos nossos chamados, aposentados ativos, lembra que esta Universidade deve tanto àqueles que ajudaram a construí-la, que devemos, não somente honrar o trabalho que fizeram, mas também construir o futuro com que eles sonharam. Calcando no modelo adotado de soluções para o corpo docente, não só aquele que está hoje envolvido com a Universidade e dedicado a ela, mas aqueles jovens de que precisamos para perenizar a USP ao longo dos séculos.

Eu quero lhe dizer, Prof. João Baptista, que diante de tantos desafios os dirigentes dessa Universidade podem sentir, em certos momentos, um sentimento de desalento, um sentimento de ansiedade e de preocupação, mas toda vez que pensamos no que aqueles que nos precederam construíram, o quanto eles se dedicaram e como a comunidade universitária pode, hoje, se beneficiar do esforço que é realizado, por mais dedicados que estejamos em construir a Universidade, é pouco para corresponder ao que vocês, Professores Eméritos, já fizeram.

Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo